

## INTRODUÇÃO: JORNALISMO, SOCIEDADE E MUDANÇA<sup>2</sup>

“Um homem pode sentir-se atraído pela ciência por toda a espécie de razões. Entre elas estão o desejo de ser útil, a excitação de explorar território novo, a esperança de encontrar uma ordem na natureza e o desejo de testar o conhecimento existente. Estes e outros motivos ajudam também a determinar aqueles problemas que mais ocuparão o cientista.”

Kuhn (2009: 66)

“Os estudantes de jornalismo, ou dos ‘media’ em geral, são frequentemente atraídos pelo tema, porque acreditam que o jornalismo é importante. É justo. Mas a importância do jornalismo, relativamente a outros factores da vida das pessoas, tem de ser demonstrada, não assumida.” Schudson (1997:463)

“Afirmar o direito à informação é responder não só a uma exigência do homem moderno, mas situar o exercício do jornalismo.” Logié (1971)

Esta é uma reflexão sobre a formação em Jornalismo. Mais concretamente, é uma reflexão sobre a formação, num contexto de mudanças no campo da profissão e na forma como os jornalistas a exercem. Deste ponto de partida, discute-se se a formação em Jornalismo tem integrado, pode integrar ou deve integrar estas mudanças e, se sim, como fazê-lo. Para isso, torna-se essencial discutir e avaliar os movimentos e alterações que vão ocorrendo na forma como o Jornalismo é concebido, enunciado e praticado. Christians *et alii* (2009) colocam o problema exactamente como também nós o vemos:

“A questão do papel do jornalismo numa sociedade democrática é tão central que até os estudantes e profissionais da comunicação estão habituados a dá-lo como garantido. Contudo, hoje em dia, tanto o jornalismo como a democracia são desafiados por grandes mudanças, que vão desde a tecnologia de informação à economia global. Tudo isto é um convite a examinar criticamente o lugar e a tarefa dos media na sociedade – em particular em sociedades onde a democracia é entendida não só como um sistema político, mas como uma cultura. Em questão não está apenas qual é o papel do jornalismo na sociedade, mas, acima de tudo, qual deveria ser esse papel. Uma perspectiva destas sobre

2. Este ebook resulta da edição das provas de doutoramento em Ciências da Comunicação, especialização em Estudos de Jornalismo, que apresentámos em 2011 e defendemos em 2012, na Universidade do Minho.

3. Intervenção nas II Jornadas de Jornalismo da Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2 de Março de 2007

4. “1 – Por ser um campo complexo, estreitamente relacionado com os processos sociais e culturais e decisivo para a compreensão do presente e para a construção de uma memória plural da vida pública. 2 – Por ser um campo que vive uma crise de identidade, com a adulteração de alguns dos seus valores constitutivos (através da mercantilização, o sensacionalismo e o *infotainment*), a diluição/decomposição do estatuto dos seus profissionais, a derrapagem de comportamentos no plano deontológico, a disputa da função por parte de novos actores). 3 – Porque o jornalismo é uma disciplina exigente de procura, filtragem, verificação, contextualização das matérias consideradas de relevância pública, que exige competências não apenas técnico-profissionais, mas, sobretudo, culturais. 4 – Porque a tecnologia está a induzir novas possibilidades no triângulo fontes-jornalistas-públicos, que obrigam a mudar práticas e a redefinir papéis. 5 – Porque a mesma tecnologia tem possibilitado a emergência de novas linguagens, novos formatos e mesmo novos géneros, proporcionando modos radicalmente diversos de contar histórias sobre a actualidade. 6 – Porque o avolumar de mensagens, de dados, de vozes e de propostas corre o risco de tornar o trabalho jornalístico em mais um discurso, remetido à periferia de uma centralidade perdida e ora ocupada por novos discursos, mas nem por isso menos relevante para atribuir sentido ao magma informe da informação, através de propostas editoriais diversificadas. 7 – Porque as antinomias em que frequentemente se refugiam os defensores e os opositores do *status quo* (informação/entretenimento, interesse público/interesse do público, popular/de qualidade, sério/divertido...) parecem termos de referência e de enunciação insuficientes para dar conta dos desafios com que nos defrontamos. 8 – Porque temos, particularmente em Portugal, uma trajectória recente e longe de estar consolidada de estudos académicos de jornalismo, relativamente à qual nos vemos ainda enredados em equívocos [...]

a missão dos media na democracia transporta-nos para um nível normativo – para lá das paisagens factuais, na direcção de valores e objectivos” (Christians *et alii*, 2009: vii).

Não nos interessa adoptar uma atitude avaliativa em relação às transformações do jornalismo, no sentido de argumentar se são boas ou más, benefícios ou desvantagens, mas antes apreciá-las do ponto de vista dos desafios que colocam ao Jornalismo e da forma como obrigam jornalistas, investigadores, professores e a própria sociedade civil a reflectir sobre a natureza do Jornalismo e sobre a formação dos jornalistas.

Pretendemos, neste Capítulo Introdutório, dar uma perspectiva desses caminhos e da forma como se entrelaçam na problemática que vamos observar. Antes de mais, e respondendo ao desafio que lança Schudson (1997), procuramos mostrar a importância do estudo do Jornalismo, ou seja, explicitamos o triângulo que é título desta Introdução: jornalismo, sociedade e mudança.

## **0.1 A IMPORTÂNCIA DE ESTUDAR O JORNALISMO E A FORMAÇÃO DOS JORNALISTAS**

São diversos os motivos que podem ser avançados para estudar o Jornalismo e os jornalistas. Variam consoante quem os enuncia e uns são mais consentâneos do que outros. Começamos por relembra os de Manuel Pinto<sup>3</sup>, um investigador e docente da área que encontra 10 motivos pelos quais se pesquisa, ou deve pesquisar, este campo.<sup>4</sup> Revemos nestas proposições, particularmente nas que apontam para um campo complexo, socialmente construído e reconstruído. Um campo enunciado em termos de antinomias e binómios que tendem a cristalizá-lo, mas que escapa a este desígnio e está em constante mudança. Um jornalismo visto como um direito básico dos cidadãos, mas em relação ao qual há que ter uma leitura crítica, condição essencial para o fim último do trabalho dos jornalistas: capacitar os cidadãos para participar no debate público e tomar decisões. Uma actividade profissional atravessada desde sempre, e como tantas outras, pelos efeitos das evoluções tecnológicas. Enfim, um campo de investigação (relativamente) recente que precisa de contributos para crescer.

Tomamos como referência para o debate o jornalismo proposto pelo chamado “paradigma normativo” que acreditamos não estar posto em causa pelas mudanças introduzidas pelo digital. Mais, estas

mudanças, e em particular as novas e crescentes possibilidades de interacção com os profissionais e de auto publicação, permitem antes aprofundar um modelo de exercício que nem sempre sabe ou consegue levar em conta o público. E isto sem colocar em causa um princípio básico: o de que o Jornalismo é produto do trabalho de jornalistas. Jornalistas detentores de níveis de autonomia que fazem com que possam e devam decidir sobre as notícias que escrevem. Levando em conta os eventuais contributos dos cidadãos, mas, em última análise, da sua responsabilidade. Deixamos por agora esta questão, que será abordada no Capítulo 1.

Defendemos, então, que o Jornalismo deve ser estudado porque é importante. Importante, porque participa e é agente crucial no processo de transformar os indivíduos em cidadãos, ao capacitá-los para intervir e escolher. Falamos, então, do direito à informação e da responsabilidade de a produzir e difundir, nos termos que já os colocava Michel Logié (1971), para quem o direito dos cidadãos à informação (art. 19<sup>a</sup> Declaração Universal dos Direitos do Homem, 10 de Dezembro de 1948) é um “direito individual exercido por delegação”.

Ou seja, não dispondo o homem isolado de tempo, recursos financeiros ou competência técnica para exercer o direito à informação, delega-o “ao escolher, e livremente, um órgão de informação, ou melhor, um órgão de edição de informação”. O autor resume desta forma a sua visão do jornalismo e do trabalho dos jornalistas: “É portanto nessa equipa [de redacção] que o indivíduo delega o exercício do seu direito pessoal. A escolha de um jornal é, assim, um voto. O seu sentido é que o homem isolado, possuidor do direito individual à informação, mandata uma equipa de informadores (jornalistas) aos quais confia o cuidado de o informarem, e nos quais delega, pelo mesmo acto, o exercício do direito individual à informação” (Logié, 1971).

Mas este acto de delegação não isenta os jornalistas de levarem em conta os detentores iniciais do direito e do poder: “É nesta verdadeira delegação de poder que se deve procurar o laço que une os jornalistas aos leitores, ouvintes ou telespectadores, isto é, ao público. É esse laço que impõe aos informadores o dever de procurar e de difundir tudo o que diz respeito ao público” (Logié, 1971). O jornalista surge assim como um mediador:

“Entre os que governam e os governados; entre os que têm o poder e os que democraticamente devem julgar o seu exercício; entre os que comandam as alavancas

[...] e contraposições pouco relevantes (sobre se o jornalismo se aprende na universidade ou na tarimba, sobre se deve ser uma formação específica em jornalismo ou noutra qualquer área do saber, sobre se se deve revestir de características predominantemente técnicas ou, antes, de instrumentação teórico-metodológica e cultural). 9 – Porque estamos confrontados com uma antinomia mais funda, entre um jornalismo de difusão, autoritário, porque assimétrico quanto às relações de poder, e, por outro lado, um mais reivindicado e sonhado do que praticado jornalismo participativo, feito por qualquer um, em pequenas redes sociais emergentes. 10 – Porque, finalmente, o exercício da cidadania face ao jornalismo e às instituições que o produzem constitui ainda um enorme deserto, povoado por ignorâncias dos deveres e direitos básicos e iliteracia que não só inibe uma leitura esclarecida e crítica da informação, como não estimula a intervenção e a tomada da palavra no espaço público.”

económicas e os que esperam uma melhoria constante do seu nível de vida; entre os que devem difundir a cultura e os que a devem receber, tem de existir uma ligação. A função delegada aos jornalistas é estabelecê-la” (Logié, 1971).

E, graças a estes mediadores, o cidadão deve saber “como são feitas as leis; como é assegurada a segurança nacional e internacional; como é feita a justiça; como se situa cada país no concerto das nações; como são geridos os assuntos públicos e privados”. E, acrescentamos nós, se os jornalistas continuarem a desempenhar o seu papel, não serão substituíveis, porque informação não é sinónimo de jornalismo. Este último, quando centrado no “como?” e no “porquê?” implica um trabalho de relacionamento de dados, de contextualização e de interpretação, exercido numa lógica de confiança entre público e jornalistas (em que os últimos trabalham orientados por um quadro normativo e deontológico que é conhecido), que torna os jornalistas relevantes. Ou seja, num quadro de mudanças que discutiremos, cabe aos jornalistas saberem responder a um desafio que não podem ignorar e que lhes é colocado pelos cidadãos: a inevitabilidade de trabalharem com eles, sem perderem a autonomia e a relevância.

Trata-se assim de uma actividade de grande responsabilidade social, como a define McManus (1994):

“Para a teoria democrática, é suposto que os media noticiosos funcionem como os faróis da sociedade. À medida que viajamos pelo tempo, eles iluminam o que está pela nossa frente. Se funcionarem devidamente – e nós não adormecermos ao volante – a sociedade poderá não só evitar cair de um precipício, como evitará também becos sem saída e será capaz de contornar alguns obstáculos. O bom jornalismo não pode ‘amaciar’ o caminho em direcção ao futuro, mas pode ajudar-nos a encontrar o mínimo possível de estradas com solavancos.(...) A importância da informação actualizada – de notícias – nunca foi maior. Os faróis da sociedade têm de iluminar mais longe e mais amplamente do que nunca e as luzes têm de ser suficientemente intensas para que possamos ver claramente as nossas opções e as suas consequências (McManus, 1994: xi).

Sendo assim, o Jornalismo deve ser estudado porque é importante e os jornalistas devem ser estudados porque são relevantes. Daqui decorre, parece-nos, a necessidade de compreender e avaliar a forma como alguém se torna jornalista: a formação. Independentemente da

opinião que cada um possa ter sobre a melhor maneira de “fazer jornalistas” ou sobre a qualidade do ensino formal, parece-nos que será pacífica a ideia de que é importante perceber o que aprendem e como aprendem estes mediadores que exercem, por delegação, o nosso direito à informação (jornalística). É uma matéria de interesse público, logo de escrutínio público, nomeadamente através da investigação.

Estabelecida a pertinência social da investigação sobre o jornalismo, umas breves palavras sobre a sua crescente relevância na academia e no campo das Ciências da Comunicação em particular. São diversos os indicadores que poderemos procurar para perceber esta tendência: o surgimento de revistas científicas de grande difusão específicas para a área, como por exemplo a *Journalism, Journalism Practice* ou *Journalism Studies*; a criação, em 2004, de uma secção de *Journalism Studies*<sup>5</sup> numa das mais prestigiadas associações internacionais, a *International Communication Association*<sup>6</sup>; a reestruturação, na *International Association for Media and Communication Research* (IAMCR), da secção que passou a chamar-se *Journalism Research and Education Section*<sup>7</sup>(antes era designada simplesmente por *Professional Education*); a existência, na *European Communication Research and Education Association* (ECREA), de uma sessão temática de *Journalism Studies*<sup>8</sup>; a existência de uma associação internacional de reconhecido prestígio dedicada especificamente ao ensino do jornalismo, a *Association for Education in Journalism and Mass Communication* (AEJMC), que realiza uma conferência anual e edita, entre outras publicações, a *J&MC Quarterly*, a *Newspaper Research Journal* e *J&MC Educator*<sup>9</sup>; o facto de a própria UNESCO acolher, desde 1997, um projecto dedicado à formação dos jornalistas, o *JourNet*<sup>10</sup>, com o objectivo de “expandir e melhorar a prática dos media e do jornalismo pelo mundo, através de uma melhor formação em jornalismo, ligando para isso as instituições de educação, os centros de formação, associações, redes e organizações que partilhar os ideais da UNESCO numa rede que vai catalisar a cooperação e a partilha de informação”.

Um marco que destacamos no quadro da relevância do ensino do Jornalismo é a realização, em 2007 (Singapura), do primeiro Congresso Mundial sobre a Formação em Jornalismo (*World Journalism Education Congress*)<sup>11</sup>, organizado pelo *World Journalism Education Council*<sup>12</sup>, do qual resultou uma Declaração de Princípios<sup>13</sup> que procurou traduzir “um entendimento comum sobre a natureza, papel, importância e futuro da formação em jornalismo no mundo” e a criação do *World Journalism*

5. A ideia que terá estado por detrás da criação deste “*Interest Group*” terá sido a constatação de que haveria “uma grande quantidade de trabalho académico sobre o Jornalismo, a par de uma multiplicidade de livros e artigos e o número de académicos no campo estava constantemente a aumentar” (Hanitzsch *et alii*, 2005: 197). A par disto, o reconhecimento da crescente importância do Jornalismo e da sua relevância para a sociedade e para a cultura e das “mudanças fundamentais” que ocorreram quanto às “funções sociais das notícias”: “Num mundo onde basicamente qualquer tipo de informação é acessível via internet, o papel do jornalismo move-se da mera disseminação de informação para a selecção daquilo que é relevante” (109). Sendo assim, torna-se essencial acompanhar “as transformações no jornalismo, para poder prever o futuro par produção de notícias” (109). Para além disto, considerou-se importante tentar promover a “profissionalização da investigação em jornalismo e do ensino do jornalismo”, perante o cenário de um campo científico fragmentado: tornou-se necessário “criar uma plataforma que tenha por base o estudo do jornalismo, no âmbito da qual os académicos, empregando diferentes tipos de abordagens, possam dialogar”, para além de se procurar “facilitar a investigação empírica e trazer maior coerência aos paradigmas de investigação” (112). Para os promotores da ideia “um grupo organizado em torno do conceito de jornalismo estaria numa muito melhor posição para abordar essas questões do que quaisquer outras iniciativas no seio da comunidade académica internacional” (109).

6. [www.icaheadq.org/sections/cms/journalism/](http://www.icaheadq.org/sections/cms/journalism/)

7. <http://iamcr.org/s-wg/mcej/jre>

8. [www.ecrea.eu/divisions/section/id/9](http://www.ecrea.eu/divisions/section/id/9)

9. [www.aejmc.com/](http://www.aejmc.com/)

10. [http://portal.unesco.org/ci/en/ev.php-URL\\_ID=13496&URL\\_DO=DO\\_TOPIC&URL\\_SECTION=201.html](http://portal.unesco.org/ci/en/ev.php-URL_ID=13496&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html)

11. Entretanto, já se realizou mais uma edição do Congresso, em 2010, na África do Sul, e está prevista uma outra para 2013.

12. [wjec.ou.edu/index.html](http://wjec.ou.edu/index.html)

13. [wjec.ou.edu/principles.html](http://wjec.ou.edu/principles.html)

14. Esta organização foi criada com o propósito de identificar as organizações, em todo o mundo, que se focam, pelo menos parcialmente, no ensino do Jornalismo e da Comunicação. Um outro objectivo apontado foi o de mapear a localização dos cursos de jornalismo no mundo e a pesquisa dos seus currículos, para compreender a sua orientação e conteúdo e “as suas atitudes face ao campo e à profissão”, para posteriormente disponibilizar esta informação numa base de dados online (Foote, 2008: 134). Uma outra preocupação do Conselho é também a de promover uma maior relação do ensino com a comunidade profissional, com a consciência que “o processo no sentido de um melhor relacionamento é logo e os resultados serão incrementais” (137). Quanto ao primeiro objectivo, o do recenseamento da formação em jornalismo já existe trabalho disponibilizado no site do Conselho e pode ser encontrado aqui: <http://wjec.ou.edu/selectcountry.php>. Importa, no entanto, dizer que, para o caso português, a informação está extremamente desactualizada (última consulta em 20 de Abril de 2011), contando apenas com 2 programas, um dos quais já não existente (Escola Superior de Jornalismo).

*Education Council*<sup>4</sup>. Os signatários da Declaração de Princípios mostraram unanimidade ao afirmar que “o ensino do jornalismo fornece os fundamentos ao nível da teoria, investigação e formação prática para uma prática efectiva e responsável do jornalismo” e que essa formação pode ser definida “de diferentes formas”, sendo que, na sua essência, está “o estudo de todos os tipos de jornalismo”. E concordam igualmente quanto ao papel do jornalismo e quanto à tónica que deve ser colocada na ética, enquanto dimensão organizadora do trabalho dos jornalistas:

“O jornalismo deveria servir o público de maneiras muito importantes, mas só o pode fazer se aqueles que o praticam dominarem um cada vez mais complexo corpo de conhecimento e competências especializadas. Acima de tudo, ser um jornalista responsável implica um compromisso ético para com o público. Este compromisso tem de incluir um entendimento e uma profunda valorização de papel que o jornalismo desempenha na formação, melhoria e perpetuação de uma sociedade informada.”

Num esforço concertado para “fortalecer a formação dos jornalistas e aumentar o seu valor para os estudantes, empregadores e público”, declararam comprometer-se com um conjunto de princípios/linhas orientadoras, que são as que também tomamos por referência. Propomos que o Jornalismo é contextual, mas que há valores cruciais e comuns que estruturam a sua prática. Vemos o contacto com a prática e com a produção jornalística como uma dimensão fundamental da formação. Encaramos a tecnologia como um factor que não pode ser ignorado pela formação, nem pelo debate sobre a evolução do Jornalismo, já que desempenha (e desempenhou ao longo da História) um papel essencial nas transformações que ocorreram no campo. Finalmente, e muito importante, vemos a ética e o seu ensino como o eixo fundamental de estabilidade no processo de mudança que atravessa o Jornalismo. Mais, como veremos já no próximo Capítulo, seguimos na linha de alguns autores, defendendo o reforço dos princípios éticos, nomeadamente ao nível da formação, como forma de preservar os valores fundamentais do Jornalismo, num cenário de mudança em que possam estar ameaçados ou, pelo menos, desafiados.

Sendo este um trabalho sobre a formação, centra-se em particular na avaliação da sua qualidade. E vemos sentido na avaliação da qualidade do Jornalismo e do seu ensino, por motivos de vária ordem



(Pinto & Marinho, 2004). Logo à partida, este interesse decorre das questões suscitadas pelas ondas de debate público sobre o Jornalismo, especialmente em torno de grandes eventos e processos de impacto público, nacionais e internacionais, nos quais os media e o Jornalismo e em particular desempenham um papel relevante e, não raras vezes, os jornalistas são criticados pelas suas práticas: são os chamados “casos em que o jornalismo foi notícia” (Pinto & Sousa, 2007). Associada a isto, a percepção (ao nível do debate público e académico) de um paralelismo entre a tendência generalizada para o aligeiramento e espectacularização da informação e a crise de credibilidade do Jornalismo, documentada em diversas paragens, contribuem para o nosso interesse no tema.

Também a incidência na produção e na prática jornalística de fenómenos complexos, como sejam a revolução digital e os processos de concentração mediática (tendências em constante desenvolvimento, cujos efeitos não podemos deixar de problematizar, nomeadamente os que se fazem ou podem fazer sentir ao nível da qualidade da informação jornalística), conferem pertinência ao tema que aqui tratamos. Iremos centrar-nos na questão tecnológica, e em particular no fenómeno da “digitalização” (*digitization*), mas não sem entender a tecnologia no contexto da multiplicidade de variáveis que se cruzam no campo do jornalismo.

A necessidade da avaliação da formação foi um dos aspectos discutidos no *Congresso Mundial sobre a Formação em Jornalismo* (atrás mencionado), ao reconhecer-se a “pressão externa que se tem feito sentir sobre o ensino superior em vários países, para que as instituições demonstrem o seu valor, medido a partir dos resultados do seu trabalho” (Foote, 2008: 135), o que motivou vários governos a lançarem programas de avaliação que permitem medir *outputs* e comparar cursos e universidades entre si. É o caso de Portugal, uma questão que abordaremos nos Capítulos 3 e 5.

Foram três as instituições cujo trabalho, no âmbito da avaliação da qualidade da formação, se tomou por referência para o debate que se realizou no Congresso: a *European Journalism Training Association*<sup>15</sup> (EJTA), que incrementou o seu próprio conjunto de resultados de aprendizagem, a *Tartu Declaration*<sup>16</sup>, que lista 10 competências, organizadas em subpontos; o *Accrediting Council for Education in Journalism and Mass Communication* (ACEJMC)<sup>17</sup>, que desenvolveu um conjunto semelhante de critérios que usa no seu processo de acreditação<sup>18</sup>; e o trabalho da

15. [www.ejta.eu](http://www.ejta.eu)

16. [www.ejta.eu/index.php/website/projects/](http://www.ejta.eu/index.php/website/projects/)

17. [www2.ku.edu/~acejmc/](http://www2.ku.edu/~acejmc/)

18. [www2.ku.edu/~acejmc/ PROGRAM/STANDARDS.SHTML](http://www2.ku.edu/~acejmc/PROGRAM/STANDARDS.SHTML)

UNESCO (Berger & Matras, 2007), que propõe três critérios abrangentes: *curriculum* e capacidade institucional; serviço público e profissional; relações externas e reconhecimento; e plano de desenvolvimento, estratégia e potencial (Foote, 2008: 135). Adiante, retomaremos com mais detalhe estas propostas.

Para Foote (2008) estes três modelos podem lançar um caminho para a medição da qualidade da formação pós-secundária em Jornalismo e Comunicação, numa lógica de auto-regulação, que também defendemos:

“O encontro de Singapura demonstrou como os formadores/educadores em jornalismo de três continentes estão a desenvolver sistemas com muito mais semelhanças que diferenças. O desafio está em desenvolver meios para medir o desempenho com base nesses critérios. Geralmente, a mediação tem sido muito mais crua do que os ideais expressos nos critérios de avaliação. O objectivo do *World Journalism Education Council* é o de identificar essas abordagens, partilhá-las e construir uma infra-estrutura global de medidas de controlo da qualidade mais forte, que represente um mecanismo de auto-regulação no campo” (135).

Uma outra dimensão ordenadora desta reflexão é a mudança. Olhamos aqui o Jornalismo e os jornalistas como agentes de mudança na sociedade, mas também como reflexos dessa mudança ou campos onde as alterações se fazem sentir. Este duplo papel será abordado essencialmente ao longo do Capítulo 1, mas o conceito de mudança atravessa toda este ebook de perspectivas diferentes.

No que toca às mudanças que se têm vindo a verificar no Jornalismo e ao seu impacto na forma como os jornalistas trabalham, parece-nos elucidativa a perspectiva de McMannus (1994), ao citar Schramm:

“Em 1949, Wilbur Schramm, o padrinho da comunicação como área de estudos académicos, publicou um artigo chamado ‘A Natureza das Notícias’. Definiu aí, do ponto de vista do senso comum, notícia como ‘uma tentativa de reconstruir o enquadramento essencial do acontecimento’. A sua definição parece ser completamente inadequada para revelar o que passa na redacção moderna” (17, cit. de Schramm, 1949: 288).



Tentaremos assim dar conta das transformações que têm ocorrido no jornalismo, especificamente as associadas à “digitalização”, para equacionar, a partir daí, o seu impacto (possível e/ou desejável) no ensino do Jornalismo. No contexto português (o que elegemos para a aplicação do Modelo que propomos no Capítulo 4) o cenário de mudança estende-se ao Ensino Superior (o mais relevante na formação em Jornalismo, em Portugal), nomeadamente com a reestruturação do sector e com a implementação da Declaração de Bolonha.

Um bom indicador para o caso português, no que toca às alterações ao nível das práticas profissionais, podia ser já encontrado, por exemplo, nos resultados de um relatório do Obercom (Obercom, 2006). Numa análise de 14 redacções de jornais, rádio e televisão sobre a transformação das rotinas profissionais pela introdução da internet, verificou-se que a esmagadora maioria dos inquiridos (94%) considerava que a internet transformou o seu trabalho, ao nível do volume de peças produzidas, nas deslocações ao terreno e ao constituir-se como uma fonte e uma ferramenta de trabalho. Para 78% dos jornalistas, o jornalismo online deveria ser marcado pela interacção entre jornalistas e públicos, um aspecto essencial para a discussão que desenvolveremos no Capítulo 1.

Na verdade, parece-nos que o mote da mudança está de alguma forma presente, no sentido de um “mundo em mudança”, uma expressão frequentemente utilizada pelos media, pelos analistas, sociólogos e pelos cidadãos em geral, não raras vezes associada a evoluções tecnológicas e à velocidade com que sucedem os acontecimentos.

Tal como são diversos os cenários de mudança de enquadrarmos esta reflexão, há também mais do que uma forma de estudar o fenómeno. Os Capítulos 5 e 6 correspondem precisamente às duas abordagens que vamos adoptar para a reflexão sobre a mudança no ensino do Jornalismo em Portugal. Por um lado, tentaremos operacionalizar o Modelo proposto no Capítulo 4, através da medição das mudanças que ocorreram, a partir de um conjunto de indicadores. Trata-se de medir dois momentos/estados do fenómeno em causa, em tempos diferentes, numa lógica de antes e depois (de Bolonha). A partir daqui, traçamos um retrato dessa evolução, no Capítulo 5.

Já no Capítulo seguinte, centramo-nos na medição da construção sobre a mudança. Trata-se agora de medir as percepções e entendimentos dos diversos actores (estudantes, jornalistas e docentes)

sobre os fenómenos em estudo. Não significa que não consideremos outros actores no debate sobre a formação em Jornalismo (tais como os “donos dos media” ou a sociedade civil). Simplesmente não iremos contemplá-los ao nível do estudo empírico aqui traçado.

Uma questão que se nos coloca prende-se com o papel que deverá caber aos investigadores e à academia, num cenário de mudança e de inovação como o que acabámos de referir. Para Nyre (2009), não só é possível a ocorrência de mudanças nos media provocadas pela investigação, como seria até desejável que fossem mais frequentes (3). Temos algumas reservas sobre a desejabilidade ou exequibilidade deste papel para os investigadores, mas identificamo-nos com a problemática que levanta: “(...) a influência crescente dos ‘novos media’ na vida social coincide com o frenesim de inovação na internet e na tecnologia de redes móveis e o seu desenvolvimento desafia a importância dos velhos media como os jornais, a rádio e a televisão” (Nyre, 2009: 3). Também Tumber vê no cenário de transformações em que se move o Jornalismo um motivo acrescido para a importância de estudar o Jornalismo e a sua formação: “O jornalismo foi ‘apanhado’ num mundo em mudança, incerto acerca do universalismo e relativismo, linguagem e cultura. A tarefa dos investigadores e dos professores é a de fornecerem, através de uma variedade de disciplinas, investigação e ensino que possam ambos abordar e responder a essas questões” (Tumber, 2005: 552). Esta posição remete-nos para uma outra, que tratamos mais à frente, que diz respeito à necessária associação entre ensino e investigação.

Para Nyre (2009), apesar de, durante o século XX, ter havido uma melhoria nas formas de comunicação interactiva, isso não significa que a qualidade da comunicação tenha acompanhado as melhorias técnicas. Ou seja, uma comunicação mais eficiente não corresponderá necessariamente a uma comunicação mais democrática, havendo o risco de que as inovações acabem por empatar o desenvolvimento social, um problema cuja solução implicaria os investigadores: o seu papel passaria por pesquisar a fundo os desenvolvimentos provocados pelos novos media, em ordem a reduzir este risco. A esta proposta, Nyre (2009) acrescenta uma dimensão de vigilância, ao propor aquilo a que chama “meta-teoria” ou “teoria da ciência e *zoom in* aos investigadores sociais”, particularmente às suas atitudes normativas em relação à sociedade em geral. Trata-se de estudar o papel dos investigadores, numa lógica política e hermenêutica (3).

Com esta atitude vigilante, parece-nos mais aceitável uma lógica de intervenção da investigação nos media, mas, ainda assim, colocamos algumas reservas. Não temos qualquer dúvida sobre a importância de estudar os media e as questões que o seu papel na sociedade levanta. Duvidamos é da mudança dos media como um fim em si da investigação. Acreditamos que os resultados da investigação são essenciais nos processos de transformação e adaptação do/no ambiente mediático, e no Jornalismo em particular, enquanto um contributo essencial para a reflexão, mas encaramos com cepticismo uma visão da investigação como definidora primária desses rumos.

É patente neste ebook o recurso ao conceito de “modelo”, quer ao nível da proposta que fazemos para a avaliação do ensino do Jornalismo, quer quando discutimos conceito de “qualidade” em Jornalismo. Impõe-se, por isso, uma muito breve referência à natureza e intenção dos modelos, bem como às suas limitações.

Fiske (1993) define o modelo nestes termos: “(...) é como um mapa. Representa as características seleccionadas do seu território: nenhum mapa ou modelo pode ser exaustivo (...) Quer isto dizer que temos de ser intencionais e deliberados na escolha do mapa; temos de saber por que nos decidimos por ele e quais os conhecimentos que dele exigimos” (58). Decorre daqui um aspecto essencial, que procurámos ter em conta neste trabalho: a natureza necessariamente limitada de um qualquer modelo. Limitada pelos objectivos específicos que se quer atingir, pelas perspectivas teóricas e crenças que lhe estão subjacentes, pela complexidade dos fenómenos e até pelos recursos disponíveis.

O valor de um modelo residirá assim na sua capacidade em “evidenciar sistematicamente as características seleccionadas do seu território”; em “apontar para as inter-relações seleccionadas entre essas características e (...) o sistema subjacente à selecção” das características; e, finalmente, em “fornecer uma definição e delineamento do território que está a ser modelado” (Fiske, 1993: 58). Trata-se, como vemos, de sucessivos processos de selecção e inter-relação, que fazem com que a modelização seja “útil e necessária, particularmente como base para a estruturação de um programa de estudo ou de investigação”. Mas, para Fiske (1993), “temos de ter presentes as suas limitações”, porque, “nos modelos, os propósitos não estão geralmente tão claramente assinalados” e “muitos proclamam uma globalidade que nunca poderá ser alcançada” (58).

Estamos conscientes da necessidade de delimitar a abrangência, o contexto e as condições de aplicação do modelo que propomos no Capítulo 4. Não entendemos essa proposta como um fim em si (embora possa ser um contributo), mas mais como uma forma de articular as características de uma realidade de forma operacional, que permita conhecê-la melhor. Não ignoramos uma dimensão prescritiva, a partir dos resultados, mas enveredaremos por esse caminho de forma cautelosa.

## **0.2 INTERROGAÇÕES E PRESSUPOSTOS: AS PREMISAS QUE NOS ORIENTAM E ONDE QUEREMOS CHEGAR**

Embora possa ser discutível a lógica de apresentação de premissas que funcionam como pontos de partida que não são discutidos, mas tomados, sem mais, como princípios orientadores da discussão, fazemo-lo menos por economia de tempo e espaço e mais pelo facto de, seguindo a perspectiva de Thomas Kuhn, este ser um trabalho produzido no âmbito de um grupo científico estabelecido, o que traz implicações:

“Quando um cientista individual pode dar por adquirido um paradigma, ele já não precisa, nas suas obras principais, de construir o campo de investigação de raiz, de começar pelos primeiros princípios e de justificar cada conceito que usa. Isso deve ser deixado àquele que escreve manuais. Havendo um manual, o cientista (...) pode começar a sua investigação a partir do que já está no manual e concentrar-se assim exclusivamente nos aspectos mais subtis e mais esotéricos dos fenómenos naturais de que o seu grupo se ocupa” (Kuhn: 2009: 43).

São estes os pressupostos em que assenta esta reflexão: 1- O exercício e ensino do Jornalismo são temas com relevância social; 2- O Jornalismo e as notícias são socialmente construídos, contextuais, no tempo e no espaço, e são resultado de um processo de produção, assente num conjunto de rotinas; 3- Têm ocorrido mudanças na profissão de jornalista, fruto, entre outros factores e potenciada por eles, da digitalização e formação deve estar atenta a elas e procurar compreendê-las; 4- A formação em Jornalismo deve ser entendida como um conceito alargado e como essencial para o seu exercício; 5- O Jornalismo é uma área científica das Ciências da Comunicação e, nesse sentido, um acto de comunicação aplicada; 6- O ensino do Jornalismo deve ser exercido em relação com a investigação sobre a área; 7- Há uma relação entre

qualidade da formação e a qualidade do Jornalismo, o que implica que a primeira não pode ser equacionada sem a segunda; 8- O Jornalismo é um sistema. Vejamos cada um destes pressupostos com mais pormenor.

### *A RELEVÂNCIA SOCIAL DO EXERCÍCIO E ENSINO DO JORNALISMO*

Decorre de tudo o que dissemos até ao momento um primeiro pressuposto que, embora seja bastante evidente, vamos apontar: consideramos o Jornalismo essencial para o debate democrático e para o desenvolvimento das sociedades, logo a forma como é exercido e “ensinado” é um tema com relevância social. Por este motivo, debater a formação em Jornalismo implica que sejam considerados todos os actores do processo: diversas instituições formadoras, formandos, formadores, empregadores, jornalistas, sociedade civil e Estado, na qualidade de regulador, não só ao nível da certificação ou avaliação dos projectos de ensino, mas ao nível do próprio acesso à profissão, um papel fulcral, como veremos para o caso português. Esta é uma premissa em que assenta toda a reflexão, mas que se torna especialmente evidente nas temáticas abordadas no Capítulo 1.

### *O JORNALISMO ENQUANTO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO*

Uma outra premissa assenta na perspectiva de que o Jornalismo participa num processo de “construção social da realidade” (Neveu, 2005: 103), no sentido em que tem a capacidade de marcar a agenda do debate público, mas também leva em consideração a agenda pública ao definir o que é notícia: é construído, mas também construtor da realidade; marca a agenda, mas é também marcado pelos agentes com quem se relaciona e interage. Este ponto de vista é, por isso, incompatível com a concepção de um público indefeso e passivo. A dimensão de “construção” leva-nos à ideia de que a produção das notícias é processo que implica um conjunto de actividades e de rotinas jornalísticas (enquanto factores de produção). Esta abordagem é também partilhada por McNair (2002), ao defender a necessidade de “compreender o impacto dos media jornalísticos nos, e o seu contributo para os, mecanismos das [sociedades] contemporâneas” e da importância de apreender “os determinantes sociais do *output* jornalístico – aqueles factores da vida social e das organizações que modelam, influenciam e constroem a sua

forma e o seu conteúdo” (3). Isto remete-nos para o texto jornalístico, o *output*, que é, assim, visto como o “produto de uma grande variedade de forças culturais, tecnológicas, políticas e económicas, específicas a uma sociedade em particular, num tempo particular” (McNair, 2002: 3). O Jornalismo e as notícias são, pois, socialmente construídos, logo contextuais, no tempo e no espaço.

Também Roger Silverstone adopta uma perspectiva semelhante, ao defender que devemos estudar os media (e o Jornalismo) porque “são centrais na nossa vida quotidiana”. É importante, por isso, estudá-los “como dimensões sociais e culturais e como dimensões económicas e políticas do mundo moderno”, (...) “na sua ubiquidade e complexidade”, (...) “no seu contributo para a nossa capacidade de compreender o mundo, elaborar e partilhar os seus significados”, já que hoje são “(...) parte da textura geral da experiência” (Silverstone, 1999: 15).

#### *AS MUDANÇAS (DO DIGITAL) NA PROFISSÃO*

Um terceiro pressuposto prende-se com a percepção de que têm ocorrido mudanças no campo do Jornalismo e na forma como os jornalistas trabalham, decorrentes da evolução tecnológica, em particular do digital, e que a formação em Jornalismo deve estar atenta às alterações que ocorrem ao nível do exercício da profissão, em particular, e ao nível da sociedade em geral, para que, compreendendo-as, se possa decidir sobre o seu valor e, em função disso, sobre a pertinência em integrá-las na formação dos jornalistas.

Partindo da premissa de que o objectivo da formação é o de capacitar os indivíduos para o exercício de uma profissão, numa determinada actividade, importa reflectir sobre a forma como o ensino e a formação do Jornalismo deverão/poderão acompanhar estas mudanças e, admitindo que sim, até que ponto é que os paradigmas de formação existentes têm capacidade para integrar estas novas necessidades. Mais, coloca-se aqui a questão do próprio acesso à profissão, num cenário em que as competências exigidas aos jornalistas são, como veremos, cada vez mais complexas e diversificadas, em particular do ponto de vista técnico, num mundo de transformações que é preciso acompanhar e dar a conhecer, com cada vez mais velocidade. Acima de tudo, independentemente da relevância que possa ser atribuída às transformações, é imprescindível acompanhá-las e percebê-las.

### *UM CONCEITO ABRANGENTE DE FORMAÇÃO*

Também uma palavra para o conceito de formação, tal como vamos utilizá-lo. Revemo-nos num conceito alargado, em que a formação em Jornalismo compreende todo o espectro de actividades possíveis, que vão desde a aprendizagem “na tarimba” e todo o processo de socialização dos jornalistas nas redacções, no limite tudo o que se aprende de cada vez que se cobre um acontecimento ou se escreve uma notícia, até ao ensino formal universitário. No âmbito do estudo empírico que apresentamos, vamos centrar-nos no ensino superior, por ser o mais representativo em Portugal, mas não se limita a esse contexto a nossa interpretação da formação em Jornalismo.

Mais, colocamo-nos, à partida, numa posição que vê a formação como uma dimensão essencial para o exercício da profissão, independentemente da forma como é adquirida, muito especialmente num cenário de mudanças como aquele sobre o qual nos vamos debruçar. Estamos conscientes de que o papel e relevância da formação, particularmente no que toca à obrigatoriedade de um grau de ensino superior para o exercício da profissão, é um longo debate que está longe de ser encerrado. Reconhecemos a sua existência e aludiremos brevemente a ele, assumindo, desde já, o facto de não termos certezas quanto a esta matéria. Mas não é essa a discussão essencial deste trabalho. Partimos do princípio de que, pela sua importância, o Jornalismo é uma profissão que deverá ser exercida por pessoas devidamente e previamente habilitadas para o efeito, admitindo contudo diferentes possibilidades para este processo de habilitação/certificação. Não ignoramos a relevância que, particularmente no caso português, tem adquirido a formação ao nível do ensino superior e o crescente número de jornalistas nas redacções com licenciaturas na área, numa lógica em que, aparentemente, parece ter havido um processo de regulação ao nível das organizações e da profissão, sem necessidade de recorrer à lei.

### *JORNALISMO E COMUNICAÇÃO*

Um outro pressuposto é o de que o Jornalismo é uma área científica das Ciências da Comunicação e, nesse sentido, um acto de comunicação aplicada. Daí o enquadramento teórico que seleccionámos e a relação que iremos fazendo, ainda que por vezes implicitamente, às teorias da comunicação aos modelos de comunicação. Isto é o mesmo



que dizer que este é o paradigma que reconhecemos para a investigação e o ensino em Jornalismo, no sentido que lhe atribui Kuhn:

“... muitas vezes, é só a aceitação de um paradigma que transforma um grupo que tinha apenas um certo interesse no estudo da natureza num grupo profissional ou, pelo menos, num grupo disciplinar (...) o nascimento de revistas especializadas, a criação de sociedades científicas e a reivindicação de um lugar no currículo académico, têm sido habitualmente associados como o momento em que pela primeira vez um grupo aceita um paradigma” (Kuhn: 2009, 42,43).

Sobre a relação necessária do Jornalismo à Comunicação, assinalamos a perspectiva de Barbie Zelizer (Zelizer, 2011), ao defender a necessidade de reposicionar o Jornalismo no centro da comunicação. Trata-se de uma relação que era, segundo a autora, um dado adquirido no início do desenvolvimento dos estudos sobre Comunicação, e que deve ser restaurada de maneira a que “a casa da comunicação possa tornar-se mais uma casa para todos os seus membros e não apenas para os poucos que guiaram estrategicamente o campo a determinada altura do seu passado” (16). É uma posição crítica e veemente. Mas Zelizer aponta as vantagens para a Comunicação:

“São os múltiplos atributos do jornalismo, tão úteis nos inícios do campo, que fazem dele um excelente candidato para um reajuste da nossa memória colectiva. Este artigo sugeriu que relembrando e restabelecendo a sua centralidade pode fazer muito para localizar a comunicação no seu futuro. Fazê-lo envolve reconhecer que o jornalismo põe a nu o valor limitado de uma associação a uma determinada forma de modernidade, racionalismo, universalismo e progresso. O jornalismo pode relembrar o campo da sua relação disciplinar não apenas a ideias, mas também ao terreno – à desordem da prática, às hesitações do mundo real e às inconsistências e brutalidades da vida social, económica, política, cultural e pública. Ainda mais importante, usar o jornalismo para guiar o futuro dos estudos de comunicação sugere que ainda é possível imaginar um campo da comunicação sem um centro único” (16).

### *JORNALISMO: ENSINO E INVESTIGAÇÃO*

Sobre esta matéria tecemos já algumas considerações no ponto anterior, mas estamos agora a concretizar um pouco mais este

pressuposto, a par de um outro, relacionado: partimos do princípio de que o ensino do Jornalismo deve ser acompanhado de investigação na área. Não significa isto que todas as instituições de ensino têm de alojar um Centro de Investigação (se assim fosse estaria comprometido o ensino politécnico em Portugal, pelo menos segundo a legislação em vigor), mas que uma parte substancial dos docentes/formadores, pelo menos os que pertencem à carreira, devem estar integrados em centros e fazer parte de projectos de investigação nas áreas da docência. Mais, é crucial que se faça investigação com os jornalistas e nas redacções, ao nível das práticas e valores da profissão. Para Hanitzsch (2005), a “investigação em jornalismo implica a indagação acerca dos processos altamente complexos de produção das notícias em ordem a aprender lições indispensáveis a reverter no ensino do jornalismo” (110).

#### *QUALIDADE DA FORMAÇÃO E QUALIDADE DO JORNALISMO*

O conceito de qualidade é central em toda a reflexão, entendido nos seguintes termos: há uma relação entre qualidade da formação e qualidade do Jornalismo (ainda que, na prática, possa não se verificar ou ser reconhecido, como veremos), o que implica que a primeira não possa ser discutida ou equacionada sem ser por relação com a segunda. Associado a este raciocínio está o pressuposto de que ambas concorrem para e são precursoras da qualidade da Democracia e da Cidadania e de que é possível e desejável medir a qualidade.

Daqui decorrem outras premissas sobre o Jornalismo e o seu exercício, nomeadamente a organização do debate sobre a qualidade do Jornalismo ao longo de quatro eixos: a Diversidade, a Liberdade, a Prestação de Contas (*Accountability*) e o Contexto Organizacional e Profissional (Pinto & Marinho, 2004). No que toca à Diversidade, esta implica não só da diversificação dos media, mas também a variedade de géneros, conteúdos e formatos e de fontes, o que resultará em pluralidade de representações e pontos de vista apresentados ao nível do tratamento noticioso dos temas. A Liberdade, enquanto direito fundamental e valor fundador das democracias, e, desse ponto de vista, pré-requisito do próprio Jornalismo, configura e define, ao mesmo tempo, um campo onde se equacionam e debatem novos problemas e novos mecanismos de censura e auto-censura, mais ou menos visíveis, resultantes das interacções entre o Estado, a Sociedade Civil, os Media e Mercado. O

19. Estamos cientes de que este pressuposto confere uma dimensão estruturo-funcionalista à nossa argumentação, no sentido em que, de facto, se vai indagar sobre o papel do jornalismo (e da formação em jornalismo) na sociedade, na sua manutenção e na sua transformação. É uma forma funcional de colocar a questão e remete para uma análise estrutural, no sentido em que se considera que os elementos que constituem a sociedade (incluindo o sistema mediático e o jornalismo em particular) fazem parte de um sistema global, onde tendem a perpetuar o equilíbrio necessário, para que a sociedade persista. Estamos, contudo, cientes das limitações das análises funcionalistas e estruturalistas (nomeadamente a reduzida capacidade explicativa da abordagem funcionalista ou a ambiguidade que resulta da apropriação do estruturalismo pelas diversas áreas científicas), mas não acreditamos que essas marcas sejam definidoras do trabalho que desenvolvemos, até porque “o estruturo-funcionalismo marca” apenas “uma primeira etapa na análise sistémica” (Grawitz, 1990: 479, 4080, 490)

20. Vamos fazer uma abordagem muito breve a estes conceitos/teorias, porque traduzem a estrutura de pensamento em que assenta a nossa argumentação. Não vamos, todavia, de dedicar-lhes a relevância de um Capítulo ou secção de um Capítulo, visto que têm uma função de enquadramento e são tomados como um pressuposto e não como a matéria em discussão.

conceito de “prestação de contas” ou “*accountability*” (McQuail, 1997; Bertrand, 2000) remete-nos para uma dupla dimensão: a prestação de contas dos media em relação à sociedade e o escrutínio público dos media por parte dos cidadãos, grupos e instituições. Por fim, o Contexto Organizacional e Profissional transporta-nos para o quadro empresarial ou de grupo em que o Jornalismo é produzido, os contextos e culturas organizacionais, mas também as lógicas e condições de exercício da profissão de jornalista, que condicionam os “modos de fazer” dos profissionais e as características da informação difundida.

### O JORNALISMO COMO UM SISTEMA

Finalmente, mas não menos importante, o pressuposto de que o Jornalismo é um “sistema”<sup>19</sup>, nos termos em que é definido pela Teoria dos Sistemas ou Análise Sistémica<sup>20</sup>, que se traduz num processo para compreender como, num todo, as partes se influenciam umas às outras. Traduz-se num conjunto de hábitos e práticas num enquadramento, baseado no princípio de que as partes que compõem um sistema podem ser mais bem compreendidas no contexto das relações que estabelecem umas com as outras e com outros sistemas, do que seriam isoladas. Ou seja, para compreender bem um sistema, é necessário examinar as ligações e interações entre os elementos que o constituem. Foca-se essencialmente nos efeitos cíclicos e não na lógica linear causa/efeito. Numa lógica de sistema, os acontecimentos estão separados entre si pelo tempo e espaço. Pequenos eventos catalisadores podem causar grandes mudanças em sistemas complexos. Ao reconhecer que uma melhoria/evolução numa área do sistema pode afectar negativamente outra área, promove-se a ideia da necessidade de comunicação entre todos os níveis.

Para a Teoria dos Sistemas, um “sistema” é um todo dinâmico e complexo (logo susceptível à mudança), que interage como uma unidade funcional estruturada. Energia, matéria e informação fluem entre os diferentes elementos que o compõem e, como é uma comunidade situada num ambiente, esta energia, matéria e informação também circulam de e para este ambiente envolvente, através de membranas ou fronteiras semi-permeáveis. Os sistemas são ainda compostos por entidades que procuram e tendem para o equilíbrio, mas que podem exibir um comportamento oscilatório, caótico ou exponencial. Um sistema

holístico é assim um conjunto de partes interdependentes e interatuantes, as quais, geralmente, são elas próprias sistemas, compostos de outras partes: “a interdependência das partes em relação ao todo é o fundamento da noção de sistema” (Grawitz, 1990: 491).

Esta abordagem supõe assim um conjunto de atributos dos sistemas em geral: interdependência dos objectos e suas características; holismo; procura de objectivos (a interacção do sistema deve resultar em algum tipo de objectivo ou estado final); *inputs* e *outputs* (sendo que num sistema aberto há inputs adicionais provenientes do ambiente); entropia (há sempre uma percentagem de desordem e aleatoriedade); regulação (para haver alguma capacidade de previsão é necessário um método de feedback); hierarquia (todos complexos são feitos de subsistemas menores); diferenciação (unidades especializadas desempenham funções especializadas); equifinalidade (há formas alternativas de atingir os mesmos objectivos - lógica de convergência); multifinalidade (os mesmos *inputs* podem levar a objectivos alternativos – lógica de divergência)<sup>21</sup>.

O conceito de “sistema” que adoptamos leva em conta ambas as tendências da análise sistémica: uma de pendor estruturo-funcionalista (Talcot Parsons; Ludwig Von Bertalanffy) e outra inspirada na teoria da informação e da cibernética. Tal como a primeira orientação, consideramos cruciais as relações entre o todo e as partes, mas identificamos com a segunda perspectiva no sentido em que consideramos que o contributo da cibernética para lá da mera função de controlo e regulação, por retroacção (*feedback*). Trata-se da dimensão dinâmica dos sistemas, a que nos interessa no âmbito desta discussão, que trata do estudo dos comportamentos e da mudança. Neste sentido, parece-nos útil a análise de Easton<sup>22</sup> (cit. por Grawitz, 1990: 496) sobre a persistência dos sistemas políticos, através da mudança, ao identificar três componentes essenciais de qualquer sistema: uma comunidade (os membros); um regime (as regras do jogo, as normas, etc.); e as autoridades (os que ocupam papéis de autoridade).

Também Bourdieu se refere ao “mundo do jornalismo” em termos que sugerem esta mesma ideia de sistema ou “campo”, na sua designação: “é um microcosmo que tem as suas leis próprias e que é definido pela sua posição no mundo global, e pelas atracções e repulsões que sofre da parte dos outros microcosmos. Dizer que é autónomo, que tem a sua própria lei, é dizer que aquilo que aí se passa não pode ser compreendido

21. As considerações sobre a Teoria dos Sistemas ou Análise Sistémica que aqui trazemos provêm essencialmente de duas fontes: a Wikipédia ([http://en.wikipedia.org/wiki/Systems\\_thinking](http://en.wikipedia.org/wiki/Systems_thinking)) e a obra de Madeleine Grawitz (1990).

22. Politólogo canadiano e principal representante da abordagem sistémica. (1953) *The Political System*; (1965) *Analyse du Systeme Politique*.

23. Embora Bourdieu afirme que “o jornalista é uma entidade abstracta que não existe” e que “o que existe são jornalistas diferentes segundo o sexo, a idade, o nível de instrução, o jornal (...)” (Bourdieu, 1997: 16), de acordo com a perspectiva de Marlière, que nos parece uma boa análise, Bourdieu tende, na verdade, a tratar o jornalismo e os jornalistas como se fossem homogéneos: inevitavelmente nas mãos do mercado concorrencial e reprodutores de um pensamento unificador que resulta dessa condição.

24. Uma breve referência ao facto de a obra que aqui tomamos por referência ter suscitado, aquando da sua publicação (1962), aceras críticas por parte da comunidade científica, o que levou inclusivamente a que Kuhn acabasse por redigir um posfácio que passou a ser editado a partir da sua segunda edição. Não nos parece relevante dar aqui conta dessas críticas, pelo facto de elas se centrarem essencialmente no uso do conceito de paradigma, mas especificamente quando aplicado à comunidade científica. Não se trataram de críticas dirigidas especificamente ao aparelho teórico construído por Kuhn, mas sim à caracterização da comunidade científica que dele decorria. Não interferem, por isso, no uso que fazemos do conceito de paradigma.

Apesar de termos contactado inicialmente com a versão da obra em inglês (Kuhn, 1996), optámos por fazer citações a partir da versão portuguesa, por uma questão de rigor da tradução.

de modo directo a partir de factores exteriores” (Bourdieu, 1997: 39). Apesar de ser criticado pela sua visão uniformizante do Jornalismo e dos jornalistas (Marlière, 1998)<sup>23</sup>, parece-nos muito válida esta abordagem segundo a lógica de “campo”:

“Um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas tendo em vista transformar ou conservar o campo de forças. Cada um, no interior deste universo, comete na sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define a sua posição no campo e, por consequência, as suas estratégias” (Bourdieu, 1997: 41).

Neste sentido, o autor considera proveitoso examinar a forma como o Jornalismo “modifica mais ou menos profundamente as relações de força no interior dos diferentes campos, afectando o que neles se faz e neles se produz e exercendo efeitos muito semelhantes no interior desses universos fenomenalmente muito diferentes” (79), sem esquecer, na sua opinião, que tal como “o campo literário ou o campo artístico, o campo jornalístico é, portanto, lugar de uma lógica específica, propriamente cultural, que se impõe aos jornalistas através das coacções e dos controlos cruzados que eles fazem pesar uns sobre os outros e em cujo respeito (por vezes chamado deontologia) assentam as reputações de respeitabilidade profissional (83).

Associado ao conceito de “sistema”, tomamos o conceito de “paradigma”, nos termos em que é definido por Kuhn<sup>24</sup>, ao referir-se à prática científica e à evolução da ciência: “Os paradigmas são para mim entendidos como realizações científicas universalmente reconhecidas que durante um certo período fornecem problemas e soluções-modelo para uma comunidade de especialistas” (Kuhn, 2009: 13). Para o autor, para ser aceite como um paradigma, “uma teoria tem de parecer melhor do que as suas concorrentes, mas não precisa de explicar (de facto, nunca consegue fazê-lo) todos os factos que pode vir a ter pela frente (Kuhn, 2009: 40). A alteração destes paradigmas acontece, quando se verificam um conjunto de fenómenos e consequências:

“... quando o grupo profissional já não consegue iludir as anomalias que subvertem a tradição estabelecida da prática científica, começam as investigações extraordinárias que levam finalmente a profissão a um novo conjunto

de convicções, a uma nova base da prática científica. Os episódios extraordinários que dão lugar a essa mudança nas convicções dos profissionais são neste ensaio designados por revoluções científicas. Elas complementam a actividade da ciência normal ao despedaçar a tradição a que esta última se apega” (Kuhn, 2009: 25).

Daqui se percebe que o estatuto de “revolução científica”, enquanto fenómeno capaz de provocar uma mudança de paradigma, exige que se cumpra um conjunto de resultados/atributos. Os episódios que levam a uma revolução científica terão de obrigar a comunidade “a rejeitar uma teoria científica anteriormente respeitada em favor de uma outra com ela incompatível”; terão de produzir “em consequência, uma viragem quanto aos problemas a que um escrutínio científico se pode aplicar e quanto aos critérios pelos quais a profissão estabelece o que deve contar como problema admissível ou como solução legítima de um problema”; terão de transformar “a imaginação científica em aspectos que acabaremos obrigatoriamente por descrever como uma transformação do próprio mundo a que o trabalho científico se habituara”: “Tais mudanças, juntamente com as controvérsias que quase sempre as acompanham, constituem os traços característicos das revoluções científicas” (Kuhn, 2009: 25, 26).

Pressupõe-se assim a possibilidade de um processo de mudança, por inovação ou descoberta, o que “envolve um processo de assimilação demorado, embora não necessariamente longo” (Kuhn, 2009: 88), o que não terá de significar uma mudança de paradigma: “o valor que damos a um novo fenómeno (...) depende do que pensamos acerca da medida em que o fenómeno viola as antecipações induzidas pelo paradigma” (Kuhn, 2009: 88) e, para além disso, há “crises que levam a mudanças de grande escala no paradigma” (Kuhn, 2009: 94), sem que isso implique uma mudança de paradigma.

Ou seja, a mudança de paradigma acontece por revolução, mas há mudanças (de grande dimensão) que podem ocorrer dentro de um paradigma, sem que isso implique a sua substituição. Seja como for, trata-se de um processo que não é fácil:

“(...) a novidade não emerge senão com dificuldade (manifestada pela resistência), em contraste com um pano de fundo constituído pelas expectativas existentes. Inicialmente, apenas se percebe aquilo que é antecipado e habitual, mesmo nas circunstâncias em que mais tarde se verifica existir uma anomalia. Com o contacto crescente

surge, porém, a consciência de que algo estava errado ou começa a relacionar-se o efeito com o que estava anteriormente errado. Esta consciência da anomalia dá início a um período em que as categorias conceptuais são reajustadas, até que aquilo que é inicialmente anômalo passe a ser o que é esperado, Neste momento, a descoberta está concluída” (Kuhn, 2009: 98).

A identificação de uma anomalia ou novidade exige, assim, um profundo conhecimento do paradigma e dos seus conceitos e “só costuma emergir quando há um homem que, sabendo exactamente o que deve esperar, é capaz de reconhecer que alguma coisa estava errada”, ou seja “a anomalia surge apenas pelo contraste com o pano de fundo criado pelo paradigma”, sendo que, “quanto mais preciso (...) e maior o seu alcance, mais sensível é o detector de anomalias por ele fornecido e, conseqüentemente, mais determinável é a ocasião em que é preciso uma mudança de paradigma” (Kuhn, 2009: 99).

Ora, em todo este processo, que vai deste a detecção de uma “anomalia” até à “descoberta” de uma “novidade”, quer isso implique uma mudança de paradigma ou apenas no paradigma vigente, há um aspecto essencial, que é crucial para a reflexão desenvolvida neste trabalho: o importante papel da resistência à mudança, enquanto garantia da fiabilidade e validade dos argumentos/resultados que são apresentados como prova:

“Ao garantir que o paradigma não será posto de lado facilmente, a resistência faz com que os cientistas não se deixem distrair sem mais nem menos e que as anomalias que levam à mudança de paradigma penetrem até às profundezas do conhecimento existente. (...) Desde que as ferramentas que o paradigma fornece continuem a dar mostras de poderem resolver os problemas que aquele define, a ciência desenvolve-se com maior rapidez e torna-se mais penetrante usando essas ferramentas com confiança. É fácil perceber porquê. Na ciência, tal como na indústria, redesenhar uma ferramenta é uma extravagância reservada para ocasiões que o exigem. A importância das crises decorre de serem estas a indicar que chegou o momento par a renovação das ferramentas” (Kuhn, 2009: 99, 114).

Trazendo os conceitos de “sistema” e de “paradigma”, nos termos em que os definimos, para o Jornalismo e para o seu ensino, significa que vemos o Jornalismo como um sistema, que interage com um ambiente em que existem outros sistemas (Estado, Sociedade Civil,



Media no sentido lato e Mercado) e que, dessa relação e dessas interações, resultam mudanças (para o Jornalismo e para os outros sistemas). Já o Jornalismo é composto por “partes” (as práticas e rotinas dos jornalistas; a sua cultura profissional; as redações e as empresas; as fontes de informação; os mecanismos de auto-regulação; as instituições de formação; as tecnologias) que também se relacionam entre si e, desse relacionamento, também resultam alterações, mais ou menos profundas, consoante as suas consequências, ou a capacidade de produzirem mudanças ao nível do que é essencial no Jornalismo. No caso de se produzirem estas alterações, então poderíamos dizer que houve uma alteração do paradigma vigente, promovido e ensinado para a prática do Jornalismo.

Também Hoyer (Hoyer & Pottker, 2005) vê uma vantagem metodológica na adopção do conceito de “paradigma”, tal como proposto por Kuhn, para perceber as mudanças no Jornalismo e nas notícias:

“Concebido como um conjunto de normas, o conceito de ‘paradigma’ pode ser usado proveitosamente no estudo das notícias. Para escrever uma história, os jornalistas seguem uma sequência de decisões, usando vários critérios para a selecção de acontecimentos, regras e métodos para estabelecer os factos necessários como matéria-prima para a sua história e aplicando estratégias para a sua apresentação. É importante para os jornalistas que os acontecimentos que seleccionam sejam aceites como ‘notícias’ pelos seus colegas e pelo público, por exemplo pela atribuição de factos a peritos e de opiniões a decisores importantes. Finalmente, os jornalistas devem seguir de composição quando escrevem uma história, o que torna fácil que o público reconheça esses textos como notícias” (10).

O papel dos media na sociedade (e a forma como a sociedade, ela própria, se organiza) tem sido visto pela Sociologia do Jornalismo sob a forma de um debate entre duas formas diferentes de olhar para ele: o paradigma da “competição” (McNair, 2002), também conhecido por “normativo” (McQuail, 2003); e o paradigma da “dominação” ou “alternativo”. O primeiro tem sido tradicionalmente tomado por referência para a investigação e para o ensino do Jornalismo e é comumente aceite como um guia para os jornalistas, pelo menos a partir do discurso da profissão. Este modelo expressa um ideal ou “a forma como as coisas deveriam ser” (McNair, 2002: 19) e tem por base a noção de que o Jornalismo deveria funcionar como um vigilante (*watchdog*), numa sociedade democrática, liberal e plural. O cumprimento desta tarefa

assenta na independência dos jornalistas e das organizações mediáticas em relação ao poder político (através da propriedade privada) e em relação ao poder económico (através da diversidade da propriedade e, consequentemente, da pluralidade de perspectivas e verdadeira competição de pensamento).

Esta abordagem tem sido criticada pela sua impraticabilidade: embora expresse o que o Jornalismo devia ser, não corresponde ao real desempenho dos jornalistas e das organizações dos media. De acordo com o paradigma da “dominação” ou “alternativo”, o Jornalismo faz parte de “uma máquina cultural, cuja função principal é a de manter as relações de dominação e subordinação entre grupos fundamentalmente não iguais na sociedade” e serve “não [os interesses públicos] (...), mas os interesses dominantes, privados e egoístas da sociedade” (McNair, 2002: 22). Neste contexto, o papel dos media reduz-se à disseminação de ideologias favoráveis aos grupos sobre os quais reportam, mas também funcionam como um canal para comunicar o sistema ideológico já existente. Isto acontece numa sociedade dividida em grupos dominantes e subordinados, e os jornalistas desempenham este papel, quer estejam ou não conscientes disso.

Pela nossa parte, não acreditamos que assumir esta tensão como enquadramento teórico seja o programa mais produtivo, particularmente para o debate que aqui trazemos. Admitir que o paradigma “normativo” é, na maioria dos casos, ainda apenas um ideal não é difícil, mas isso não faz com que não coloque a questão tal como ela deve ser colocada. Deverá, certamente, ser repensado de um ponto de vista crítico, mas isso não significa que esta reflexão deva ser feita ao nível da “teoria da conspiração” (McNair, 2002: 31) subentendida pelo modelo da “dominação”. Por isso mesmo, propomos um “afastamento dos enquadramentos competição-dominação, normativo-crítico, liberalismo-materialismo, para nos focarmos na dinâmica no ambiente de produção e no relativo impactos dos elementos que fazem parte desse ambiente na forma e conteúdo do *output*” (McNair, 2002: 33). Apesar disto, reconhecemos a identificação com os propósitos e forma de ver o mundo a sociedade e o Jornalismo propostos pelo paradigma normativo, admitindo, naturalmente, que é um trabalho em progresso e, em alguns aspectos, longe de ser atingido.

Ou seja, e retomando os conceitos de “paradigma” e “sistema”, o que tentamos desenvolver é a ideia de que este paradigma “normativo”

tem sido desafiado de diferentes formas, e em particular pelos efeitos da tecnologia (*digitization*) na forma como os jornalistas trabalham. Estes efeitos implicam alterações no sistema “Jornalismo” e, nomeadamente, na forma como as suas diferentes partes se relacionam. Implicam mesmo desafios a aspectos cruciais da ideologia profissional dos jornalistas, como a sua autonomia. Contudo, acreditamos, estas são mudanças no paradigma e não do paradigma. As implicações deste raciocínio para a formação em Jornalismo, o nosso tema central, traduzem-se na adopção de uma atitude – para muitos conservadora - de algum distanciamento e reflexão face a alguns fenómenos, que, como tentaremos mostrar, não mudam a essência do que é ser jornalista e escrever notícias. Alteram-se os modos de fazer, mas não o que se faz, como se faz (na essência) e os motivos por que se faz.

Tendo por base esta problemática e os pressupostos e pontos de partida até agora apontados, tentaremos com este trabalho responder a um conjunto de questões de pesquisa, que orientam e estruturam toda a investigação. São elas:

QP1: Será que as mudanças que têm ocorrido no campo do Jornalismo e, em particular, na forma como os jornalistas trabalham, no contexto do digital, configuram uma alteração do actual paradigma (modelo) de referência para o exercício do Jornalismo ou no paradigma (modelo)? Podem ou devem estas mudanças reflectir-se na formação dos jornalistas? Se sim, de que forma?

QP2: Será que a formação em Jornalismo é concebida e exercida em articulação com determinados entendimentos sobre o Jornalismo e a sua prática? Ou seja, haverá relação entre modelos (paradigmas) de formação e modelos (paradigmas) de qualidade para a prática jornalística?

QP3: De que forma é que a recente reestruturação (Bolonha), em Portugal, dos projectos de ensino superior em Jornalismo está a integrar e a reflectir as mudanças no campo do Jornalismo, no contexto do digital? O que explica as características deste processo de reestruturação (em particular, no que toca à integração do ambiente digital)?

Relativamente à organização da ebook no que respeita às duas Partes principais que o constituem, temos uma primeira Parte mais vocacionada para a reflexão teórica e uma segunda Parte dedicada a

fazer uma aplicação do Modelo de Análise proposto a uma realidade empírica, a partir do estudo de um caso: o português. Quanto à organização das Partes em Capítulos, a primeira Parte comporta quatro: os três primeiros contemplam a discussão da qualidade do Jornalismo e da formação em Jornalismo, no contexto dos desafios colocados pela aplicação da tecnologia digital ao trabalho dos jornalistas, e o quarto é de natureza teórico-metodológica e dá conta do modelo de análise que propomos para avaliar a qualidade da formação em Jornalismo, bem como da versão reduzida que vamos considerar para a sua aplicação empírica ao contexto português. Mais concretamente, nos Capítulos 1 e 2 olhamos para a qualidade em Jornalismo (e, por associação, da formação em Jornalismo) de dois pontos de vista distintos, mas complementares: no Capítulo 1, desenvolvemos a nossa reflexão em torno dos elementos e princípios do Jornalismo (modelos ditos mais “qualitativos”), indagando sobre a natureza do Jornalismo (o que é e para que serve) e sobre os seus elementos centrais e essenciais. Nesta reflexão, damos especial atenção às mudanças introduzidas pela tecnologia digital na forma como os jornalistas trabalham. Já no Capítulo 2, desenvolvemos uma outra abordagem, centrada nos atributos que conferem qualidade ao Jornalismo (modelos mais “quantitativos”), incidindo aqui mais sobre os produtos jornalísticos e sobre as organizações. Dedicamos o Capítulo 3 à formação em Jornalismo, afinal a questão central do debate, procurando perceber de que forma é discutida e enunciada; que modelos e concepções existem para a medição da sua qualidade; e que futuro se poderá antever para essa actividade, nos cenários discutidos nos Capítulos 1 e 2. Finalmente, no Capítulo 4, explicitamos um modelo de análise que cumpre dois objectivos: articula os conceitos e problemáticas tratadas nos Capítulos 1, 2 e 3 e operacionaliza esses mesmos conceitos, propondo um modelo orientador para a investigação empírica que se apresenta da segunda Parte do ebook, bem como uma proposta metodológica para o seu desenvolvimento.

Na Parte 2, procedemos à aplicação do modelo de análise, em dois momentos que correspondem a duas formas distintas de medir a mudança. No Capítulo 5, damos uma breve perspectiva histórica do ensino do jornalismo em Portugal e procuramos averiguar as alterações que se produziram entre períodos (entre 1996/1997 e 2007/2008; imediatamente antes e depois da implementação da Declaração de Bolonha), a partir de um conjunto de critérios e indicadores. Tentamos,

assim, caracterizar o estado da situação e dar conta das principais tendências de evolução. No Capítulo 6, continuamos a medir as mudanças no Jornalismo e no ensino, mas agora a partir das percepções dos actores sobre as alterações produzidas por Bolonha e pela tecnologia digital. Tentaremos assim perceber, a partir dessas percepções, até que ponto se mantém o essencial da profissão e como é vista a formação em Jornalismo. O Capítulo final é dedicado a reforçar as principais conclusões da reflexão e da investigação e a apontar caminhos futuros para a pesquisa da formação em Jornalismo.

25. [www.journalism.org/resources/advice\\_to\\_students](http://www.journalism.org/resources/advice_to_students)

Não resistimos a terminar esta Introdução, com o “Conselho aos Estudantes Interessados numa Carreira no Jornalismo”<sup>25</sup>, de Bill Kovach, do Project for Excellence in Journalism:

“Uma mente curiosa e uma formação abrangente em *liberal arts* são, de longe, as melhores qualificações para uma carreira em jornalismo.

A melhor fundação começa com uma licenciatura (*undergraduate liberal arts education*) que te exponha a uma grande amplitude de disciplinas e que te ajude a complementar a tua curiosidade natural com o hábito do pensamento crítico. Seja qual for a área da licenciatura, assegura-te de que contempla uma forte componente de ética. Depois considera estudar numa universidade que ofereça um grau (*graduate degree*) em jornalismo.

Podes começar a desenvolver a tua competência na ‘arte’ do jornalismo a trabalhar num jornal ou rádio universitária; uma estação de televisão que tenha um programa universitário; ou a trabalhar como correspondente universitário para um jornal local, regional ou nacional. Quanto a experiência enquanto ainda estiveres na escola e logo a seguir à graduação, pensa numa imersão numa experiência local. Trabalhar numa comunidade em que és obrigado a olhar nos olhos as pessoas sobre as quais escreves notícias antes e DEPOIS de as publicares pode proporcionar-te lições muito importantes.

E, durante tudo isto, lê. Lê tudo o que possas, incluindo clássicos da ficção que te possam ajudar a começar a conhecer a natureza humana e a condição humana. Desenvolve o hábito de seguir criticamente o trabalho de outros jornalistas e encontra modelos para o teu próprio trabalho.

Boa sorte.”

A “receita”, aparentemente simples, não é, como veremos, tão fácil assim de aplicar. Mas retiramos daqui os ingredientes essenciais, os que defenderemos: formação abrangente, cultura geral, curiosidade e espírito crítico, acompanhamento da actualidade e prática da profissão, no âmbito do curso, mas também fora dele.